

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.140.259 - RS (2017/0179759-4)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : CN ENERGIA S/A
ADVOGADOS : ALEXANDRE CORREA DA CAMARA PASQUALINI - RS017315
ALEXANDRE SCHUBERT CURVELO E OUTRO(S) - RS062733
INTERES. : AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pela União contra decisão que inadmitiu o recurso especial com base nos óbices das Súmulas 282, 283, 284 e 356 do STF, 211 do STJ.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre interposto pela União foi manejado com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 530):

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. CONTRADIÇÃO. OBSCURIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO. FORO DE ELEIÇÃO. NÃO PREVALÊNCIA CONTRA TERCEIROS.

Os embargos de declaração constituem recurso interposto perante o magistrado ou colegiado prolator da decisão impugnada, com vistas à supressão de omissão, contradição, obscuridade ou erro material no texto que possa dificultar a exata compreensão da manifestação judicial. Com efeito, não se revelam meio hábil ao reexame da causa ou modificação do julgado no seu mérito, pois opostos quando já encerrado o ofício jurisdicional naquela instância.

Cingindo-se a controvérsia judicial à violação a normas regulatórias do mercado de energia elétrica, e não ao contrato de concessão, firmado com a Eletrobras, o qual sofrerá apenas efeitos reflexos em caso de eventual procedência do pedido subsidiário, a eleição de foro, estabelecida no seu bojo, não prevalece no caso concreto, em que litigam a autora, a União e a ANEEL, que sequer foram signatárias daquela avença.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 585-586).

Nas razões do recurso especial, a União aponta ofensa aos arts. 51, parágrafo único, 63, 485, IV, e 505 do Código de Processo Civil.

Aduz, para tanto, que "o contrato original, com o qual a parte autora comprometeu-se em todos os seus termos nos aditivos posteriores, estabelece na cláusula 30 (pg. 17 de CONTR8) como foro de eleição o da Comarca do Rio

Superior Tribunal de Justiça

de Janeiro para dirimir qualquer dúvida ou questão decorrente da avença, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja".

Argumenta que "não houvesse o foro de eleição e a parte autora gozasse da faculdade que o CPC lhe outorga para escolha do foro para processar o feito, ou ainda se se entender que não é propriamente o referido contrato que se discute na presente ação (isso *ad argumentandum tantum*, porquanto é exatamente contra o cálculo do MRE previsto em contrato que a parte se insurge), o Juízo competente seria o da Subseção de Curitiba pela aplicação do art. 51, § único do CPC/2015. No entanto, no caso do foro de eleição tal escolha do autor é feita no momento da assinatura do contrato e não no da propositura da ação" (e-STJ, fl. 603).

Assim, requer a reforma do julgado.

Parecer do Ministério Público Federal pelo conhecimento do agravo para conhecer em parte do especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento (e-STJ, fls. 660-664).

Decido.

Inicialmente, destaco que a admissibilidade do recurso especial reclama a indicação clara dos dispositivos tidos por violados, bem como a exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado a cada um deles, não sendo suficiente a mera alegação genérica.

Dessa forma, levando em conta que os arts. 51, parágrafo único, e 505 do CPC/2015, apontados pela recorrente como violados, não contêm comando normativo apto a reverter o resultado do julgamento, nem tampouco a sustentar as razões defendidas no apelo nobre, o inconformismo se apresenta deficiente quanto à fundamentação, o que impede a exata compreensão da controvérsia, nos termos da Súmula 284/STF.

Nesse sentido:

PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. SENTENÇA DE MÉRITO SUBSTITUI OS EFEITOS DA DECISÃO PROVISÓRIA PROFERIDA. LIMINAR. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. ARGUMENTOS QUE CONFRONTAM A DECISÃO RECORRIDA. AUSÊNCIA. INCIDÊNCIA POR ANALOGIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. COTEJO ANALÍTICO. SIMILITUDE FÁTICA. NÃO DEMONSTRADOS. ART. 255 DO RISTJ.

[...]

III - Ademais, a competência do Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, encontra-se vinculada à interpretação e à uniformização do direito infraconstitucional federal. Nesse contexto, apresenta-se impositiva a indicação do dispositivo legal que teria sido contrariado pelo Tribunal *a quo*, sendo necessária a delimitação da violação do tema insculpido no regramento indicado, viabilizando assim o necessário confronto interpretativo e o cumprimento da incumbência constitucional revelada com a uniformização do direito infraconstitucional sob exame. Da mesma forma, fica inviabilizado o confronto interpretativo acima referido quando o recorrente, apesar de

indicar dispositivos infraconstitucionais como malferidos, deixa de demonstrar como tais dispositivos foram ofendidos.

IV - Nesse diapasão, verificado que o recorrente deixou de explicitar os motivos pelos quais consideraria violada a legislação federal, apresenta-se evidente a deficiência do pleito recursal, atraindo o teor da Súmula n. 284 do STF.

[...]

VII - Agravo interno improvido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.679.515/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/4/2019, DJe 3/5/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAS E MORAIS. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS, PROVAS, E CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

[...]

3. No que tange ao art. 931 do CC, a parte recorrente limitou-se a arguir a sua violação, sem indicar, clara e objetivamente, de que forma tal dispositivo teria sido vulnerado. Como é cediço, para a análise da admissibilidade do especial pela alínea "a" do permissivo constitucional, é imprescindível que a argumentação erigida no recurso, demonstre de plano, mediante uma concatenação lógica, o mal ferimento dos artigos pelo acórdão recorrido. Ressalto que a via estreita do recurso especial exige a demonstração inequívoca da ofensa aos preceitos de lei federal, bem como a sua indicação, a fim de possibilitar o seu exame em conjunto com o decidido nos autos, sendo certo que a alegação genérica de ofensa à lei caracteriza deficiência de fundamentação, em conformidade com o enunciado sumular nº 284 do STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.421.115/SP, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/6/2019, DJe 27/6/2019)

Ademais, da análise do voto condutor do acórdão, observa-se que nenhum dos preceitos normativos suscitados pela União foram objeto de debate e deliberação pela Corte de origem, mesmo com a oposição dos embargos de declaração, o que redundava em ausência de prequestionamento da matéria, aplicando-se, ao caso, a orientação firmada na Súmula 211/STJ (Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*).

É certo, de outro lado, que o acórdão recorrido decidiu a questão com base no seguinte argumento: O contrato no qual foi estabelecida a cláusula de eleição de foro foi firmado entre a parte ora agravada e a Eletrobras, não fazendo parte do negócio jurídico nem a União nem a ANEEL, razão por que não prevalece referida cláusula, além do que a controvérsia diz respeito à violação de normas regulatórias do mercado de energia elétrica, e não ao pacto.

Confira-se:

Examinando os autos e as alegações das partes, verifico que a parte autora foi autorizada, pela ANEEL, a se estabelecer como produtor independente de energia elétrica (PIE) mediante exploração do potencial hidráulico denominado PCH Carlos Gonzatto, localizado no rio Turvo, Município de Campo Novo/RS, cidade em que também possui filial.

Pretende, com a ação originária, o reconhecimento do direito à limitação do risco hidrológico, individualmente considerado, em até 5% de sua garantia física, conforme Portaria nº 303/2004, Anexo I, da ANEEL, bem como o direito a que as decisões judiciais proferidas em favor de outros agentes de geração hídrica não afetem economicamente a empresa autora, por esta não integrar as referidas demandas.

Discute, portanto, violação às normas regulatórias do mercado de energia elétrica, e não o contrato firmado com a ELTROBRÁS, o qual sofrerá apenas efeitos reflexos em caso de eventual procedência do pedido subsidiário.

Ademais, ressalte-se que o contrato de compra e venda de energia elétrica foi firmado pela autora e a ELETROBRÁS, de modo que a eleição de foro estabelecida no seu bojo não há de prevalecer no que tange a relação jurídica estabelecida nestes autos entre a parte autora, a União e a ANEEL, que sequer foram signatárias daquela avença.

Sobre a competência para processar e julgar as causas em que figurar União e/ou entidade autárquica, assim dispõe o art. 99 do CPC/73:

Art. 99. O foro da Capital do Estado ou do Território é competente:

I - para as causas em que a União for autora, ré ou interveniente;

II - para as causas em que o Território for autor, réu ou interveniente.

Parágrafo único. Correndo o processo perante outro juiz, serão os autos remetidos ao juiz competente da Capital do Estado ou Território, tanto que neles intervenha uma das entidades mencionadas neste artigo.

Excetuam-se:

I - o processo de insolvência;

II - os casos previstos em lei.

Portanto, o caso dos autos se amolda perfeitamente à hipótese desse dispositivo legal, uma vez que a empresa possui filial no Estado do Rio Grande do Sul e a PCH Carlos Gonzatto também está localizada no RS (município de Campo Novo).

Assim, entendo que o julgamento embargado incorreu em erro material no que tange ao objeto da ação originária, razão pela qual se impõe o provimento dos presentes embargos declaratórios, com efeitos infringentes, e consequentemente, o provimento da apelação da parte autora.

No entanto, a insurgência deixou de refutar tal justificativa, essencial ao deslinde da questão.

Nesse contexto, a não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE SUPLEMENTO ALIMENTAR PELO ESTADO. ALERGIA À LACTOSE. ALEGADA OFENSA AO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. SUPOSTA OFENSA A DISPOSITIVO NÃO PREQUESTIONADO. SÚMULA 211/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA A FUNDAMENTO SUFICIENTE PARA MANTER O ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. ALEGADA EXISTÊNCIA DE PROVAS NOS AUTOS PARA SUSTENTAR A PRETENSÃO INICIAL. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

[...]

3. Ausente a impugnação a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido, o recurso especial não merece ser conhecido, por lhe faltar interesse recursal. Inteligência da Súmula 283 do STF, aplicável, por analogia, ao recurso especial.

[...]

5. Recurso especial não conhecido.

(REsp 1.367.651/MG, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 3/12/2013)

Não bastasse isso, é certo que, se a constatação de ofensa à lei federal depende de reexame de cláusula contratual, o recurso especial encontra óbice na Súmula 5/STJ.

Assim, levando em conta que as razões recursais se encontram fundamentadas, basicamente, na interpretação das normas do contrato em tela, instrumento que não é sindicável no âmbito do apelo nobre, incide, na espécie, a Súmula 5/STJ: "A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial."

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator